

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	7
1) – CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	10
3) – DISPONIBILIDADES.....	11
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	12
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	13
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”.....	13
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE.....	15
8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA.....	16
9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	16
10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	17
11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO.....	19
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	19
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS.....	21
14) – INVESTIMENTOS.....	22
15) – IMOBILIZADO.....	27
16) – INTANGÍVEL.....	27
17) – FORNECEDORES.....	28
18) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	28
19) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	29
20) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	31
21) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	31
22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS.....	34
23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	40
24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	40
25) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES.....	41
26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	41
27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL.....	42
28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	42
29) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	44
30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	45
31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	46
32) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO E DA LIGHT SESA.....	50
33) – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	51
34) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA.....	53
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	54
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL.....	60

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 3)	2.705.591	2.283.937	214.415	256.906
Consumidores e Revendedores (nota 4)	2.155.330	2.042.157	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" (nota 6)	302.636	329.350	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	414.102	463.165	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	980.422	843.849	5.191	11.573
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	579.414	778.545	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	16.115	15.076	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	297.298	188.792	41.899	18.381
Dividendos a Receber	-	-	1.436.468	1.436.822
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	-	46.240	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	14.644	133.423	-	-
Estoques	36.817	35.830	17	17
Outros Créditos	492.655	517.158	19.804	21.582
TOTAL DO CIRCULANTE	7.995.024	7.677.522	1.717.794	1.745.281
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 12)	1.770.926	1.800.873	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (nota 12)	-	-	820.008	810.593
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	46.240	-	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" (nota 6)	165.296	218.688	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	666.496	296.762	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	701.843	748.014	128.706	145.976
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	10.640	4.107	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	284.935	272.052	189.477	174.109
Depósitos Vinculados a Litígios	438.834	382.176	88.946	87.831
Consumidores e Revendedores (nota 4)	84.781	90.529	-	-
Outros Créditos	128.412	142.795	72.593	64.866
	4.298.403	3.955.996	1.299.730	1.283.375
Investimentos (nota 14)	1.147.818	1.149.986	8.210.890	7.861.251
Imobilizado (nota 15)	11.082.829	10.953.527	2.007	2.034
Intangível (nota 16)	602.813	604.437	2.247	2.543
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	17.131.863	16.663.946	9.514.874	9.149.203
ATIVO TOTAL	25.126.887	24.341.468	11.232.668	10.894.484

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 17)	824.407	891.821	3.212	7.134
Encargos Regulatórios (nota 20)	425.344	488.835	-	-
Participações nos Lucros	39.472	116.955	1.490	4.502
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 18)	810.128	627.333	20.731	31.990
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	960.129	960.129	960.129	960.129
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	912.515	881.880	9.417	6.740
Debêntures (nota 19)	434.864	398.268	-	-
Salários e Contribuições Sociais	214.508	293.894	11.980	16.117
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	146.776	488.284	-	-
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária	264.626	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 21)	100.514	83.097	4.016	3.907
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 31)	120.048	98.628	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas (nota 30)	-	-	10.406	10.003
Outras Obrigações	438.896	478.947	18.903	20.623
TOTAL DO CIRCULANTE	5.692.227	5.808.071	1.040.284	1.061.145
NÃO CIRCULANTE				
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	459.537	156.883	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	4.991.326	4.824.307	73.587	73.587
Debêntures (nota 19)	1.238.430	1.240.283	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 18)	444.684	371.385	-	-
Provisões para Contingências (nota 22)	690.570	661.935	378.886	355.153
Obrigações Pós-Emprego (nota 21)	1.364.171	1.396.704	52.005	52.935
Outras Obrigações	195.192	187.450	30	30
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.383.910	8.838.947	504.508	481.705
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	362.874	342.816	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 23)				
Capital Social	2.481.508	2.481.508	2.481.508	2.481.508
Reservas de Capital	3.983.021	3.983.021	3.983.021	3.983.021
Reservas de Lucros	2.859.920	2.859.920	2.859.920	2.859.920
Ajuste Acumulado de Conversão	61	61	61	61
Lucros Acumulados	336.242	-	336.242	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	27.124	27.124	27.124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.687.876	9.351.634	9.687.876	9.351.634
PASSIVO TOTAL	25.126.887	24.341.468	11.232.668	10.894.484

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 24)	3.136.503	3.575.243	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (nota 25)	452.092	481.592	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 26)	138.268	146.302	84	97
	<u>3.726.863</u>	<u>4.203.137</u>	<u>84</u>	<u>97</u>
Deduções à Receita Operacional (nota 27)	<u>(1.360.541)</u>	<u>(1.448.478)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.366.322</u>	<u>2.754.659</u>	<u>84</u>	<u>97</u>
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS (nota 28)				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(671.842)	(725.366)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(204.191)	(172.324)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(39.314)	(53.420)	-	-
	<u>(915.347)</u>	<u>(951.110)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 28)				
Pessoal e Administradores	(259.691)	(245.204)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(28.778)	(53.499)	-	-
Materiais	(26.117)	(25.214)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	(21.785)	-	-
Serviços de Terceiros	(134.732)	(117.655)	-	-
Depreciação e Amortização	(165.959)	(178.427)	-	-
Provisões Operacionais	(1.735)	(8.116)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(36.218)	(33.786)	-	-
Outras	(22.605)	(22.020)	-	-
	<u>(675.835)</u>	<u>(705.706)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL	<u>(1.591.182)</u>	<u>(1.656.816)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO BRUTO	775.140	1.097.843	84	97
DESPESA OPERACIONAL (nota 28)				
Despesas com Vendas	(41.661)	(54.672)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(106.276)	(126.159)	(37.467)	(48.730)
Outras Despesas Operacionais	(17.561)	(37.045)	(2.972)	(1.514)
	<u>(165.498)</u>	<u>(217.876)</u>	<u>(40.439)</u>	<u>(50.244)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas Financeiras	<u>609.642</u>	<u>879.967</u>	<u>(40.355)</u>	<u>(50.147)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	359.737	539.864
Resultado Financeiro Líquido (nota 29)	<u>(37.757)</u>	<u>(79.112)</u>	<u>11.839</u>	<u>(4.596)</u>
Lucro antes dos Impostos e Participações	<u>571.885</u>	<u>800.855</u>	<u>331.221</u>	<u>485.121</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 10)	(270.497)	(331.130)	(1.541)	(8.549)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 10)	82.498	55.033	7.464	14.479
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(27.424)	(22.058)	(902)	(771)
Participações dos Acionistas não Controladores	(20.220)	(12.420)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>336.242</u>	<u>490.280</u>	<u>336.242</u>	<u>490.280</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$			<u>0,68</u>	<u>1,01</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2009**

(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Lucros</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Reservas Ajustes Conversão</u>	<u>Recursos Destinados a Aumento de Capital</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.481.508	3.983.021	2.859.920	-	61	27.124	9.351.634
Lucro Líquido do Período	-	-	-	336.242		-	336.242
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009	<u>2.481.508</u>	<u>3.983.021</u>	<u>2.859.920</u>	<u>336.242</u>	<u>61</u>	<u>27.124</u>	<u>9.687.876</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Período	336.242	490.280	336.242	490.280
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades-				
Depreciação e Amortização	171.042	201.481	46	74
Baixas Líquidas de Imobilizado	5.119	4.925	-	8
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(359.737)	(539.864)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(32.213)	17.034	(9.415)	(15.602)
Imposto Federais Diferidos	(82.536)	(55.033)	(7.464)	(14.479)
Provisões para Perdas Operacionais	65.772	118.844	31.197	64.802
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	20.723	5.001	-	-
Provisão na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	15.987	-	4.357
Obrigações Pós-Emprego	33.987	61.668	1.417	2.796
Participação de Minoritários	20.220	12.420	-	-
Outros	(8.700)	3.897	-	-
	<u>529.656</u>	<u>876.504</u>	<u>(7.714)</u>	<u>(7.628)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(144.062)	(93.981)	-	-
Recomposição Tarifária extraordinária - Circulante	62.460	95.251	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	69.953	63.151	-	-
Revendedores - Transações na CCEE	2.107	13.521	-	-
Créditos tributários diferidos	85.325	(25.245)	(6.248)	(15.570)
Tributos Compensáveis	(149.456)	(104.858)	(8.986)	5.603
Transporte de energia	49.063	(49.331)	-	-
Outros Ativos Circulantes	23.516	(32.032)	1.778	186
Reajuste tarifário diferido	118.779	100.416	-	-
Despesas Antecipadas CVA	(147.632)	(101.941)	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	917	(10.892)	(7.727)	1.270
Depósitos Judiciais	(47.082)	5.189	(1.115)	-
Dividendos recebidos de controladas	-	-	(2.642)	70.805
	<u>(76.112)</u>	<u>(140.752)</u>	<u>(24.940)</u>	<u>62.294</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(67.414)	(187.969)	(3.922)	(2.668)
Tributos e Contribuição Social	197.792	191.108	(11.259)	4.470
Salários e Contribuições Sociais	(79.386)	(25.130)	(4.137)	1.283
Encargos Regulatórios	(63.761)	15.386	-	-
Empréstimos e Financiamentos	133.657	128.501	2.677	2.391
Obrigações Pós-Emprego	(27.947)	(62.162)	(2.238)	(2.834)
Despesas Antecipadas CVA	(38.831)	(7.447)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	697	3.516	-	-
Outros	128.979	(158.480)	(4.329)	(87.764)
	<u>183.786</u>	<u>(102.677)</u>	<u>(23.208)</u>	<u>(85.122)</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	637.330	633.075	(55.862)	(30.456)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	192.367	21.213	-	-
Recebimento de quotas do FIDC	-	-	-	899
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(116.352)	(114.957)	-	-
	<u>76.015</u>	<u>(93.744)</u>	<u>-</u>	<u>899</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	<u>713.345</u>	<u>539.331</u>	<u>(55.862)</u>	<u>(29.557)</u>
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	22.350	(12.385)	13.094	70.684
No Imobilizado	(336.903)	(106.941)	277	(158)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	22.862	(27.449)	-	-
	<u>(291.691)</u>	<u>(146.775)</u>	<u>13.371</u>	<u>70.526</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	<u>421.654</u>	<u>392.556</u>	<u>(42.491)</u>	<u>40.969</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA DISPONIBILIDADES				
No início do período	2.283.937	2.066.219	256.906	21.953
No fim do período	<u>2.705.591</u>	<u>2.458.775</u>	<u>214.415</u>	<u>62.922</u>
	<u>421.654</u>	<u>392.556</u>	<u>(42.491)</u>	<u>40.969</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de março de 2009 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não revisadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária nas seguintes controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina tem capacidade instalada de 27 MW. A usina iniciou operações a partir de 2009.

Controladas em fase pré operacional:

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW;
- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW e previsão de início de operação comercial em 2012;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada, localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010;

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) – Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada, localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2º unidade) e fevereiro de 2010 (3º unidade).

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S. A. (“EBTE”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,13% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, com 855 MW de capacidade instalada na atividade de geração;
- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 kV;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto – participação de 19,26%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV no Estado do Pará;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV no Estado do Pará e no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, no Estado do Pará;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto – participação de 17,17%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia;
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto – participação de 7,50%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, ambas no Estado de Santa Catarina;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“AXXIOM”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de março de 2009:

- ☐ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ☐ Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Estas Informações Trimestrais – ITR’s foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2008. Desta forma, estas ITR’s devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais

Adicionalmente, com objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado a Companhia está apresentando, na nota explicativa nº 33, a demonstração do resultado segregado por empresa. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e de suas controladas.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

Os efeitos da mudança de práticas contábeis foram, basicamente, (i) o ajuste a valor presente e (ii) dos instrumentos financeiros, cujo impacto no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2008 foi de R\$6.632 e R\$13.775, respectivamente, os quais não foram ajustados nas informações trimestrais para fins de comparabilidade pelo fato do referido ajuste ser imaterial.

Critério de consolidação das Informações Trimestrais

Foram consolidadas as informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das Demonstrações Contábeis das controladas em conjunto. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As Demonstrações Contábeis da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do trimestre, uma vez que a moeda funcional da CEMIG é o Real.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

3) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Contas Bancárias	91.316	330.772	4.283	17.361
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.514.592	1.871.418	209.892	239.317
Letras Financeiras do Tesouro	42.428	46.463	127	118
Letras do Tesouro Nacional	232	585	1	1
Outros	57.023	34.699	112	109
	<u>2.614.275</u>	<u>1.953.165</u>	<u>210.132</u>	<u>239.545</u>
	<u>2.705.591</u>	<u>2.283.937</u>	<u>214.415</u>	<u>256.906</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxas que variam entre 101,00% a 103,00%.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Ativo Circulante	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Fornecimento Faturado	1.832.537	1.765.874	51.114	52.366
Fornecimento não Faturado	649.313	676.463	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	62.215	18.312	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(388.735)	(418.492)	(51.114)	(52.366)
	2.155.330	2.042.157	-	-

Encontra-se registrado o valor de R\$92.880 em 31 de março de 2009 referente a créditos de consumidor industrial da Cemig D e Cemig GT, que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber, no montante de R\$10.416 em 31 de março de 2009 (R\$17.380 em 31 de dezembro de 2008), referentes às renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e outros consumidores, a serem quitados até setembro de 2012.

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008
Ativos		
Parcela "A" – Nota nº 6	467.932	548.038
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 7	26.755	19.183
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 11	14.644	133.423
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 13	46.240	46.240
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 8	1.245.909	1.075.307
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	3.089	3.089
Descontos na TUSD	-	25.095
Recuperação dos Descontos na TUSD	13.712	19.295
Descontos TUSD Fonte Incentivada	-	27.203
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	-	19.514
Subvenção Baixa Renda	129.454	92.191
Programa Luz para Todos	981	13.626
Outros Ativos Regulatórios	18.199	3.082
	<u>1.966.915</u>	<u>2.025.286</u>
Passivos		
Compra de Energia durante o Racionamento – Nota nº 17	(17.476)	(23.749)
Revisão da Receita de Transmissão	(3.691)	(7.662)
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 8	(606.313)	(645.167)
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(14.444)	(17.519)
Exposição CCEAR entre Submercados	(22.285)	-
Ajuste na empresa de referência (pro rata)	(104.459)	-
Ajuste Financeiro referente Revisão tarifária 2008	(160.167)	-
Outros Passivos Regulatórios	(8.494)	(6.630)
	<u>(937.329)</u>	<u>(700.727)</u>
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota nº 18	(37.399)	(89.281)
	<u>(974.728)</u>	<u>(790.008)</u>
Total	<u>992.187</u>	<u>1.235.278</u>

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 através dos reajustes tarifários descritos a seguir:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- ❑ Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.
- ❑ Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”).

O prazo de vigência da RTE da Cemig D e da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”), de 74 meses, expirou em fevereiro de 2008.

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em março de 2008, logo após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

A medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. No caso da Cemig Distribuição S.A. os valores transferidos em 2009 são conforme abaixo:

<u>Valores transferidos para a despesa</u>	<u>31/03/2009</u>
Energia Comprada para Revenda	45.408
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	20.107
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	2.009
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	775
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	5.193
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	1.784
Conexão – Realização Parcela “A”	110
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia	188
	<u>75.574</u>

c) Composição dos saldos Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008
Cemig Distribuição S.A		
Compensação dos itens da Parcela "A"	796.762	782.525
Valores Arrecadados	(343.039)	(267.465)
Total da Parcela "A"	<u>453.723</u>	<u>515.060</u>
RME – Light		
Parcela A	14.209	32.978
	<u>14.209</u>	<u>32.978</u>
Total da Parcela "A"	<u>467.932</u>	<u>548.038</u>
Ativo Circulante	302.636	329.350
Ativo Não Circulante	165.296	218.688

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig GT referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	44.152	45.302
Provisão para perdas na realização	(17.397)	(26.119)
	<u>26.755</u>	<u>19.183</u>
Circulante	16.115	15.076
Não Circulante	10.640	4.107

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig GT nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig GT, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig GT são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R\$17.397, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente, na estimativa da Companhia, para repasse integral dos valores devidos.

8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008
Cemig Distribuição	573.042	379.728
RME – Light	66.555	50.412
	639.597	430.140
Ativo Circulante	579.414	778.545
Ativo Não Circulante	666.496	296.762
Passivo Circulante	(146.776)	(488.284)
Passivo Não Circulante	(459.537)	(156.883)
Valores Líquidos	639.597	430.140

9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Circulante				
ICMS a Recuperar	203.280	196.261	3.806	3.806
Imposto de Renda	520.380	399.104	-	-
Contribuição Social	175.704	126.188	-	-
PASEP	8.130	14.471	-	1.132
COFINS	57.254	93.130	-	5.250
Outros	15.674	14.695	1.385	1.385
	980.422	843.849	5.191	11.573
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	95.884	97.372	426	426
Imposto de Renda	178.121	163.276	178.121	163.276
Contribuição Social	10.930	10.407	10.930	10.407
PASEP/COFINS	-	997	-	-
	284.935	272.052	189.477	174.109
	1.265.357	1.115.901	194.668	185.682

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil foi permitida a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de antecipações efetuadas em 2009 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar, apurados para o ano de 2009, registrados na rubrica de “Impostos, Taxas e Contribuições”.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	262.014	234.346	41.534	41.676
Provisão para Contingências	206.969	197.415	107.884	100.296
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	11.857	46.540	-	-
Passivos Regulatórios – Revisão Tarifária	87.143	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego	93.852	95.686	3.280	3.439
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	152.748	163.509	17.379	17.805
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	1.577	5.349	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – Light	(29.616)	(29.616)	-	-
Instrumentos Financeiros	65.045	57.136	-	-
Variação Cambial	110.740	109.385	-	-
Outros	36.812	57.056	528	1.141
	999.141	936.806	170.605	164.357
Ativo Circulante	297.298	188.792	41.899	18.381
Ativo Não Circulante	701.843	748.014	128.706	145.976

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2009, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 05 de fevereiro de 2009.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2009, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2009	250.982	31.541
2010	269.003	41.432
2011	134.998	29.038
2012	115.630	29.038
2013	124.026	32.133
2014 a 2016	62.947	6.766
2017 e 2018	71.171	657
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – RME-Light	(29.616)	-
	999.141	170.605

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 31 de março de 2009, créditos tributários não reconhecidos em suas informações trimestrais, no montante de R\$409.375 (R\$445.386 em 31 de dezembro de 2008).

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 12). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$437.509.

Considerando que a legislação tributária brasileira permite as companhias se beneficiarem do pagamento de juros sobre o capital próprio e deduzirem tais pagamentos do seu lucro tributável, a Companhia adotou a opção tributária de pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas. De acordo com o seu planejamento tributário, depois da compensação nos próximos anos dos impostos compensáveis registrados, a Companhia vai pagar juros sobre capital próprio em um montante que vai reduzir o seu lucro tributável a um valor próximo ou igual a zero. Como consequência, essa alternativa vai eliminar o pagamento de imposto de renda e contribuição social pela Controladora e os prejuízos fiscais não reconhecidos não deverão ser recuperados.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	571.885	800.855	331.221	485.121
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(194.339)	(272.291)	(112.615)	(164.941)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	122.311	183.554
Reversão referente à Contribuição Social sobre correção monetária complementar	-	(8.549)	-	(8.549)
Participação dos Empregados no Resultado	9.386	7.500	307	262
Contribuições e Doações Inadutíveis	(735)	(1.065)	(82)	(51)
Incentivo Fiscal	2.778	-	7	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	709	(3.329)	29	(3.329)
Amortização de Ágio	(1.387)	(1.387)	(1.387)	(1.387)
Acerto DIPJ ano anterior Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.369)	-	-	-
Outros	8.058	3.024	(2.647)	371
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(187.999)	(276.097)	5.923	5.930

c) Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT será opcional para os anos de 2008 e 2009 e é aplicável às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido. O contribuinte deverá manifestar sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 (“DIPJ”), sendo este regime opcional para 2008 e 2009. A partir de 2010, a adoção do RTT passará a ser obrigatória, até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Para as empresas que adotarem o RTT, foi estabelecido que as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, com as modificações introduzidas pela MP 449/08 que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica, devendo ser considerados, para fins fiscais, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Com base em uma avaliação inicial, a Companhia já refletiu em suas Demonstrações Contábeis os efeitos da adoção ao RTT, sendo que serão realizados estudos adicionais até a entrega da DIPJ de 2009.

11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig D.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na Resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% está sendo compensado nas tarifas. A última parcela para recebimento da diferença entre os reajustes tarifários foi incluída no reajuste tarifário ocorrido em 8 de abril de 2008.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig D tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	475.502	447.881
Atualização Monetária – IGP-M	226.844	201.967
(-) Valores Arrecadados	(1.637.314)	(1.466.037)
	<u>14.644</u>	<u>133.423</u>

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de março de 2009 a R\$4.151.030.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$92.117, a valores de 31 de março de 2009.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de março de 2009, já haviam sido amortizadas de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2009.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

<u>Descrição da Meta</u>	<u>Índice Requerido</u>
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

Os covenants estatutários descritos acima foram atendidos em 31 de março de 2009.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC no 1º trimestre de 2009 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.800.873
Atualização monetária das quotas seniores	30.592
Atualização monetária das quotas subordinadas	9.414
Aporte nas quotas subordinadas	-
Amortização das quotas seniores	(69.953)
Amortização das quotas subordinadas	-
Saldo em 31 de março de 2009	<u>1.770.926</u>
Composição do FIDC em 31 de março de 2009	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	950.918
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	817.468
- Dividendos retidos pelo Fundo	2.539
	<u>820.008</u>
TOTAL	<u>1.770.926</u>

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2008. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$210.149 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$138.451 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

A companhia tem a expectativa de ressarcimento desse ativo nos próximos reajustes tarifários, conforme recurso junto à ANEEL.

14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.713.552	3.481.139
Cemig Distribuição	-	-	2.516.345	2.476.011
Rio Minas Energia Participações	-	-	311.151	290.006
Infovias	-	-	270.218	264.978
GASMIG	-	-	328.382	319.103
Rosal Energia	-	-	95.662	91.287
Sá Carvalho	-	-	101.901	95.380
Horizontes Energia	-	-	68.507	66.734
Usina Térmica Ipatinga	-	-	68.831	66.319
Cemig PCH	-	-	55.633	52.262
Cemig Capim Branco Energia	-	-	62.878	54.931
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.629	14.342
UTE Barreiro	-	-	997	1.943
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	8.501	8.283
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	477	484
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	6.298	6.033
Transchile	-	-	34.141	34.141
Efficientia	-	-	7.822	6.266
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	155.697	153.578
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.799	6.779
Cemig Trading	-	-	2.766	192
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	17.939	16.143
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	32.893	29.493
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	6.408	5.839
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	62.599	56.046
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	5.142	4.736
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	2.428	2.710
	-	-	7.958.596	7.605.158
Em Consórcios	1.120.791	1.113.297	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	31.772	33.154
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	24.893	25.174
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	37.029	37.420
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	8.479	8.569
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	139.853	141.430
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	6.762	6.840
	27.027	36.689	3.506	3.506
Em Outros Investimentos				
	1.147.818	1.149.986	252.294	256.093
	1.147.818	1.149.986	8.210.890	7.861.251

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2009			Janeiro a março de 2009	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.713.552	-	232.413
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.516.345	-	40.334
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.309	1.244.604	-	92.142
Infovias	381.023.385	100,00	225.082	270.218	-	6.385
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	95.662	-	4.407
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	101.901	-	6.488
GASMIG	409.255.000	55,19	474.497	595.003	-	18.399
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	68.507	-	1.769
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	68.831	-	2.554
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	55.633	-	3.371
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	62.878	-	7.947
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	58.516	-	2.636
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	997	-	275
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	35.416	-	1.420
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	477	-	(9)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	25.710	-	1.098
Transchile	27.840.000	49,00	61.563	69.675	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	7.822	-	1.509
Central Termelétrica de Cogeração	150.000.000	100,00	150.001	155.697	-	5.573
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.331	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	2.766	-	2.574
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	19,26	69.569	93.117	-	6.430
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	120.128	179.258	547	11.728
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	34.919	-	3.100
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	17,17	273.469	364.609	-	27.516
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	7,50	42.095	68.560	-	5.792
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.200.000	49,00	4.200	4.955	-	(486)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2008			Janeiro a março de 2008	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.481.139	-	205.728
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.476.011	-	270.659
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.310	1.160.019	-	58.795
Infovias	381.023.385	100,00	225.082	264.978	259	4.619
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	91.287	-	3.333
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	95.380	-	6.549
GASMIG	409.255.000	55,19	263.852	578.190	5.977	20.240
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.734	-	2.272
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	66.319	-	1.930
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	52.262	-	1.806
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	54.931	-	8.380
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	57.370	-	1.919
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	1.943	-	(519)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	34.509	-	807
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	484	-	25
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	24.630	-	501
Transchile	27.840.000	49,00	62.407	69.676	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.266	-	1.259
Central Termelétrica de Cogeração	150.000.000	100,00	150.001	153.578	-	11
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.293	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192	-	(18)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	19,25	69.063	83.860	4.542	5.244
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	120.128	160.727	29.047	9.846
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	31.819	6.949	2.466
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	17,17	273.469	326.431	18.794	21.651
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	7,50	42.095	63.149	13.020	5.050
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.200.000	49,00	4.200	5.531	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2008	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos Propostos	Outros	31.03.2009
Cemig Geração e Transmissão	3.481.139	232.413	-	-	-	3.713.552
Cemig Distribuição	2.476.011	40.334	-	-	-	2.516.345
Rio Minas Energia	290.006	23.038	-	-	(1.893)	311.151
Infovias	264.978	6.385	-	-	(1.145)	270.218
Rosal Energia	91.287	4.407	-	622	(654)	95.662
Sá Carvalho	95.380	6.488	-	33	-	101.901
GASMIG	319.103	10.155	-	-	(876)	328.382
Horizontes Energia	66.734	1.769	-	292	(288)	68.507
Usina Térmica Ipatinga	66.319	2.554	-	798	(840)	68.831
Cemig PCH	52.262	3.371	-	-	-	55.633
Cemig Capim Branco Energia	54.931	7.947	-	-	-	62.878
Companhia Transleste de Transmissão	14.342	647	-	(431)	71	14.629
UTE Barreiro	1.943	275	-	-	(1.221)	997
Companhia Transudeste de Transmissão	8.283	339	-	(116)	(5)	8.501
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	484	(9)	-	(4)	6	477
Companhia Transirapé de Transmissão	6.033	269	-	-	(4)	6.298
Transchile	34.141	-	-	-	-	34.141
Efficientia	6.266	1.509	-	1.513	(1.466)	7.822
Central Termelétrica de Cogeração	153.578	5.573	-	(2.241)	(1.213)	155.697
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.779	-	20	-	-	6.799
Cemig Trading	192	2.574	-	2.562	(2.562)	2.766
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	16.143	1.241	105	-	450	17.939
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	29.493	3.050	-	-	350	32.893
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	5.839	568	-	-	1	6.408
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	56.046	4.644	547	-	1.362	62.599
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	4.736	434	-	(32)	4	5.142
Axiom Soluções Tecnológicas	2.710	(238)	-	-	(44)	2.428
	7.605.158	359.737	672	2.996	(9.967)	7.958.596

b) Ágio na Aquisição da Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R\$80.524) está apresentado na consolidação como Exigível a Longo Prazo, na rubrica de Outras Obrigações.

c) Ágio na aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas informações trimestrais consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Intangível em função do valor atribuído a utilização da concessão.

d) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 31/03/2009	Consolidado 31/12/2008
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,40	181.402	181.402
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	543.684	543.684
Usinas Amador Aguiar I e II	21,05	2,51	55.179	54.843
Depreciação acumulada			(121.423)	(114.506)
Total em operação			946.620	953.201
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00		819	755
Usina de Aimorés	49,00		5.853	5.853
Usina de Baguari	34,00		154.374	140.363
Total em construção			174.171	160.096
Total Consórcios			1.120.791	1.113.297

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

e) Novas Aquisições

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

A Brookfield exerceu, em 24 de setembro de 2008, opção de venda para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações está pendente de aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros órgãos financiadores.

O valor a ser pago pela companhia referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield será de R\$330,6 milhões, com data-base em 16 de agosto de 2008 e será corrigido até a data de fechamento, prevista para o 1º semestre de 2009.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 49% do capital social dos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes em parceria com a Light, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição entre a Cemig Geração e Transmissão S.A. e subsidiárias da Light, conforme a seguir: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a

Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos. Todos os instrumentos particulares acima mencionados estão pendentes das autorizações ou anuências requeridas pelos órgãos regulatórios competentes, incluindo a ANEEL.

15) – IMOBILIZADO

	Consolidado			31/12/2008
	31/03/2009			
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	21.168.103	(9.414.948)	11.753.155	11.693.314
Distribuição	11.349.553	(5.131.494)	6.218.059	6.219.533
Geração	7.277.689	(3.093.611)	4.184.078	4.111.327
Transmissão	1.690.575	(721.852)	968.723	972.041
Administração	402.925	(270.581)	132.344	137.713
Telecomunicações	349.954	(168.051)	181.903	183.549
Gás	97.407	(29.359)	68.048	69.151
Em Curso	1.872.036	-	1.872.036	1.809.521
Distribuição	1.129.198	-	1.129.198	1.100.645
Geração	287.072	-	287.072	313.967
Transmissão	166.625	-	166.625	138.446
Administração	131.243	-	131.243	131.095
Telecomunicações	30.050	-	30.050	27.747
Gás	127.848	-	127.848	97.621
Total do Imobilizado	23.040.139	(9.414.948)	13.625.191	13.502.835
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.657.579)	115.217	(2.542.362)	(2.549.308)
Imobilizado Líquido	20.382.560	(9.299.731)	11.082.829	10.953.527

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Conforme Resolução ANEEL nº 234, de outubro de 2006, e Ofício Circular ANEEL nº1.314/2007, de 27 de junho de 2007, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passou a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária da Cemig Distribuição e da Light, em 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado – Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$7.804 em 31 de março de 2009 (R\$8.369, em 31 de dezembro de 2008).

16) – INTANGÍVEL

	Consolidado			31/12/2008
	31/03/2009			
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	615.760	(235.419)	380.341	383.310
Distribuição	61.882	(39.900)	21.982	36.353
Geração	88.459	(52.406)	36.053	70.694
Transmissão	265.418	(6.001)	259.417	227.916
Administração	197.782	(136.701)	61.081	46.599
Telecomunicações	712	(411)	301	339
Gás	1.507	-	1.507	1.410
Em Curso	222.472	-	222.472	221.127
Distribuição	52.177	-	52.177	51.306
Geração	33.014	-	33.014	30.570
Transmissão	2.467	-	2.467	1.554
Administração	134.814	-	134.814	137.697
Intangível Líquido	838.232	(235.419)	602.813	604.437

17) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	211.683	197.130	-	-
Furnas	52.014	68.366	-	-
CCEE	54.533	108.038	-	-
Outros	273.587	212.364	-	-
	591.837	585.898	-	-
Materiais e Serviços	232.570	305.923	3.212	7.134
	824.407	891.821	3.212	7.134
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	77	77	-	-
	77	77	-	-

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 22.

18) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Circulante				
Imposto de Renda	255.404	91.111	-	-
Contribuição Social	91.432	22.924	-	-
ICMS	295.562	284.939	18.091	18.092
COFINS	76.008	78.050	-	9.377
PASEP	13.281	14.079	-	2.036
INSS	16.415	18.159	1.382	1.434
Outros	22.120	24.483	1.258	1.051
	720.222	533.745	20.731	31.990
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	25.890	57.308	-	-
Contribuição Social	9.330	20.498	-	-
COFINS	3.850	12.969	-	-
PASEP	836	2.813	-	-
	39.906	93.588	-	-
	810.128	627.333	20.731	31.990
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	217.525	202.114	-	-
Contribuição Social	51.546	46.541	-	-
COFINS	139.061	83.965	-	-
PASEP	29.759	31.527	-	-
Outros	6.793	7.238	-	-
	444.684	371.385	-	-

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e Hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate.

19) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2009	31/12/2008	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	1.910	115.760	117.670	117.025
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	17.709	-	17.709	17.391
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	16.853	78.492	95.345	93.868
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	91.516	-	91.516	100.160
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.485	6.857	10.342	12.919
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	28.078	13.443	41.521	41.235
KFW	2016	4,50	EURO	2.213	14.213	16.426	17.087
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	11.116	-	11.116	11.044
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	4.817	-	4.817	4.796
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	20.201	-	20.201	20.141
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	6.340	29.299	35.639	39.909
Santander (13)	2009	7,00	US\$	6.196	-	6.196	6.118
Banco do Brasil (13)	2009	8,66	US\$	3.221	-	3.221	3.217
Banco InterAmericano del Desarrollo (13)	2026	4,20	US\$	670	42.933	43.603	43.018
Outros	2025	Diversas	Diversas	11.949	6.424	18.373	18.946
Dívida em Moeda Estrangeira				226.274	307.421	533.695	546.874
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	200	75.000	75.200	75.241
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	124.938	-	124.938	121.038
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	8.839	109.277	118.116	114.321
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	15.892	126.000	141.892	137.596
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	66.832	1.200.000	1.266.832	1.229.705
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	26.002	304.338	330.340	320.181
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	1.879	54.372	56.251	54.456
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	2.317	101.315	103.632	103.000
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	95	107.089	107.184	-
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R\$	34.991	379.073	414.064	401.021
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	368.897	-	368.897	357.472
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	12.492	238.816	251.308	243.950
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (12) (15)	2031	IGP-M	R\$	-	33.921	33.921	32.936
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	26.557	303.073	329.630	324.641
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	9.566	432.393	441.959	427.784
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.343	45.258	57.601	60.799
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	42.453	314.593	357.046	369.632
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.840	79.673	81.513	81.119
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	110.997	-	110.997	107.081
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	24.105	309.285	333.390	322.636
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	74.368	15.009	89.377	104.950
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	9.418	73.587	83.005	80.328
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	68.109	882.809	950.918	990.280
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	695	9.517	10.212	10.372
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	1.745	27.677	29.422	28.794
Unibanco S.A. (14)	2021	TJLP + 2,55	R\$	254	3.930	4.184	4.062
BNDES – FINEM (10)	2014	TLJP + 4,30	R\$	21.099	92.886	113.985	108.266
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	3.915	26	3.941	6.047
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	13.437	230.201	243.638	245.722
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	6.706	112.500	119.206	116.004
ABN Amro (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	232	20.000	20.232	20.980
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	257	3.101	3.358	3.253
Unibanco (16)	2021	TJLP + 4,55	R\$	87	1.051	1.138	1.323
Banco Itaú (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	261	3.154	3.415	3.454
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 9,85	R\$	226	1.980	2.206	2.239
BNDES (17)	2033	TJLP + 2,4	R\$	-	79.685	79.685	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	22.242	128.339	150.581	155.484
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	6.819	23.407	30.226	31.697
Dívida em Moeda Nacional				1.121.105	5.922.335	7.043.440	6.797.864
Total Geral Consolidado				1.347.379	6.229.756	7.577.135	7.344.738

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps:
(3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
- (11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (13) Financiamento da Transchile;
- (14) Financiamento de Cachoeirão;
- (15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Lumitrans, subsidiária da EATE.
- (17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto com Madeira Energia

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	128.057	60.703	46.837	42.869	38.899	6.345	2.801	2.801	81.202	410.514
Euro	3.984	5.458	5.458	3.745	2.030	2.030	2.031	2.032	-	26.768
Yen	91.516	-	-	-	-	-	-	-	-	91.516
UMBNDDES (**)	657	582	422	422	422	422	422	422	1.126	4.897
	224.214	66.743	52.717	47.036	41.351	8.797	5.254	5.255	82.328	533.695
Indexadores										
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	9.566	-	-	-	-	-	144.131	144.131	144.131	441.959
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	33.280	45.862	47.126	43.646	38.082	37.141	35.952	30.622	47.520	359.231
Certificado Depósito Interbancário – CDI	893.925	634.374	726.372	941.464	1.087.379	642.486	231.087	18.750	18.750	5.194.587
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	9.257	12.343	12.343	12.343	11.315	-	-	-	-	57.601
URTJ (*)	35.524	48.967	51.054	51.054	51.054	49.854	25.414	20.461	158.001	491.383
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	27.918	1.659	1.640	1.640	1.640	304.691	1.072	1.012	41.631	382.903
UMBNDDES (**)	2.351	3.513	3.641	3.641	3.641	3.641	633	-	-	21.061
Taxa Referencial – TR	55.797	33.580	-	-	-	-	-	-	-	89.377
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	2.800	125	250	592	592	715	264	-	-	5.338
	1.070.418	780.423	842.426	1.054.380	1.193.703	1.038.528	438.553	214.976	410.033	7.043.440
	1.294.632	847.166	895.143	1.101.416	1.235.054	1.047.325	443.807	220.231	492.361	7.577.135

(*) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros.

(**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.

(***) IGP-DI – índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no trimestre findo em 31/03/2009 %	Indexadores	Varição no trimestre findo em 31/03/2009 %
Dólar Norte-Americano	(0,93)	IGP-M	(0,92)
Euro	(4,94)	FINEL	(0,18)
Yen	(9,51)	CDI	2,85
		SELIC	2,90
		UMBNDDES	(0,79)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo no final do exercício em 2008	7.344.738	80.328
Empréstimos e Financiamentos obtidos	192.367	-
Varição monetária e cambial	10.820	-
Encargos financeiros provisionados	175.582	2.677
Encargos financeiros pagos	(33.832)	-
Encargos capitalizados	1.987	-
Ajuste a Valor Presente	1.825	-
Amortização de financiamentos	(116.352)	-
Saldo em 31.03.2009	7.577.135	83.005

20) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008
Reserva Global de Reversão – RGR	35.135	34.385
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	21.189	47.884
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	37.596	33.927
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.619	3.495
Eficiência Energética	182.131	171.760
Pesquisa e Desenvolvimento	156.326	145.898
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.213	20.696
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	4.210	41.182
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.024	8.922
	445.650	509.356
Passivo Circulante	425.344	488.835
Passivo Não Circulante	20.306	20.521

21) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.385.225, apurado em 31 de março de 2009, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$935.727 em 31 de março de 2009 (R\$941.912 em 31 de dezembro de 2008) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da CEMIG. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2008.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer

vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$1.018.000 em 31 de março de 2009 (R\$1.032.161 em 31 de dezembro de 2008). O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25% deste valor conforme consolidação proporcional.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	433.770	258.040	337.230	15.608	435.153	1.479.801
Despesa Reconhecida no Resultado	2.389	2.298	17.839	1.105	10.356	33.987
Contribuições Pagas	(32.251)	(5.838)	(2.306)	(186)	(8.522)	(49.103)
Passivo Líquido em 31 de março de 2009	403.908	254.500	352.763	16.527	436.987	1.464.685
Passivo Circulante	77.069	23.445	-	-	-	100.514
Passivo Não Circulante	326.839	231.055	352.763	16.527	436.987	1.364.171

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008		21.387	16.541	771	18.143	56.842
Despesa Reconhecida no Resultado		50	756	50	561	1.417
Contribuições Pagas		(1.646)	(431)	(10)	(151)	(2.238)
Passivo Líquido em 31 de março de 2009		19.791	16.866	811	18.553	56.021
Passivo Circulante		4.016	-	-	-	4.016
Passivo Não Circulante		15.775	16.866	811	18.553	52.005

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS – Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado será de R\$172.346, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					Saldo Líquido em 31/03/2009
	Saldo Líquido em 2008 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	122.856	5.430	(1.530)	126.756	(18.534)	108.222
Cíveis						
Danos Pessoais	35.436	232	(29)	35.639	(17.990)	17.649
Majoração Tarifária	104.480	16.914	(342)	121.052	-	121.052
Outras	167.805	2.020	(581)	169.244	(8.965)	160.279
Fiscais						
FINSOCIAL	21.238	90	-	21.328	(1.615)	19.713
PIS/COFINS	57.987	759	-	58.746	-	58.746
ICMS	19.153	2.857	-	22.010	-	22.010
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	76.781	1.412	-	78.193	-	78.193
Contribuição Social	6.769	61	-	6.830	-	6.830
INSS	33.672	603	-	34.275	-	34.275
Outras	19.709	400	-	20.109	(7.559)	12.550
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	55.843	1.280	-	57.123	(6.072)	51.051
Total	721.729	32.058	(2.482)	751.305	(60.735)	690.570

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

	Controladora					
	Saldo Líquido em 2008 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 31/03/2009
Trabalhistas						
Diversos	75.450	4.309	-	79.759	(8.336)	71.423
Cíveis						
Danos Pessoais	27.635	-	(29)	27.606	(17.990)	9.616
Majoração Tarifária	76.609	16.210	-	92.819	-	92.819
Outras	93.686	1.146	-	94.832	(3.154)	91.678
Fiscais						
FINSOCIAL	21.238	90	-	21.328	(1.615)	19.713
ICMS	-					
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	76.781	1.412	-	78.193	-	78.193
INSS	1.064	26	-	1.090	-	1.090
Outras	12.770	304	-	13.074	(5.130)	7.944
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	12.129	353	-	12.482	(6.072)	6.410
Total	397.362	23.850	(29)	421.183	(42.297)	378.886

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$121.052, integralmente provisionado.

Um dos consumidores industriais que possui ação judicial contra a Companhia em função da questão mencionada acima havia conseguido uma liminar judicial que impedia a interrupção de fornecimento de energia elétrica às suas instalações. Em 19 de fevereiro de 2009, o Superior Tribunal de Justiça aceitou o pedido da CEMIG de suspender os efeitos da liminar, por entender que não é possível impor à CEMIG a continuidade na distribuição de eletricidade sem o recebimento pelo serviço.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Em 31 de março de 2009 encontra-se provisionado R\$54.289 (R\$53.559 em 31 de dezembro de 2008) referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$22.010 (R\$19.153 em 31 de dezembro de 2008).

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$78.193 (R\$76.781 em 31 de dezembro de 2008) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$33.184 (R\$33.608 em 31 de dezembro de 2008).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$44.641.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R\$6.749.

(h) Outros

No que se refere as ações cíveis, são basicamente reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de março de 2009 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$323.199, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$29.115. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de março de 2009, de R\$289.620. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de março de 2009 é de R\$142.535. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$1.066.419, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$158.748, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$115.101. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$134.515, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$44.976. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio com a Prefeitura de Belo Horizonte relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor envolvido na ação é de R\$33.614. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(vii) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$84.940. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(viii) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$977.163. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(ix) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$837.580. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Através de ação popular que questiona o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução aos cofres públicos dos valores pagos aos prestadores de serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R\$1.497.813. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O capital social integralizado em 31 de março de 2009 é composto por 496.301.513 ações, sendo 216.923.394 ações ordinárias e 279.378.119 ações preferenciais.

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Aumento do Capital Social na Assembléia Geral ordinária e extraordinária de abril de 2009

A Assembléia Geral de Acionistas, ocorrida em 29/04/2009, aprovou o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$2.481.508 para R\$3.101.884 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$606.454 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$13.922 da Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R\$	
	31/03/2009 (*)	31/03/2008 (*)	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Residencial	9.108.642	8.815.400	2.446.236	2.236.580	1.072.401	1.149.276
Industrial	86.506	86.349	5.593.627	6.101.503	869.588	891.848
Comércio, Serviços e Outros	852.082	832.761	1.566.568	1.477.530	636.899	667.921
Rural	535.560	569.093	455.518	456.423	96.987	137.545
Poder Público	64.356	61.495	258.624	236.587	104.450	95.904
Iluminação Pública	3.286	2.790	311.294	301.901	71.455	81.887
Serviço Público	9.696	9.211	327.063	330.386	85.177	91.881
Sub-Total	10.660.128	10.377.099	10.958.930	11.140.910	2.936.957	3.116.262
Consumo Próprio	1.168	1.151	12.815	13.106	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda (**)	-	-	-	-	144.203	41.142
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(39.536)	99.190
	10.661.296	10.378.250	10.971.745	11.154.016	3.041.624	3.256.594
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	82	82	2.748.037	2.712.266	270.055	294.355
Transações com energia na CCEE	-	-	832.304	152.163	89.449	24.294
Efeitos da Revisão Tarifária Definitiva (***)	-	-	-	-	(264.625)	-
Total	10.661.378	10.378.332	14.552.086	14.018.445	3.136.503	3.575.243

(*) A coluna de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.

A coluna de MWh inclui 25,00% dos totais de MWh vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(***) Vide nota 32.

25) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	31/03/2009	31/03/2008
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	274.055	309.353
Receita de Uso da Rede Básica	149.500	155.616
Receita de Sistema de Conexão	28.537	16.623
	452.092	481.592

Conforme consta de alguns contratos de concessão de transmissão estabelecidos com a ANEEL, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Fornecimento de Gás	72.039	92.039	-	-
Serviço Taxado	3.663	3.093	-	-
Serviço de Telecomunicações	28.990	22.957	-	-
Prestações de Serviços	13.837	14.874	-	-
Aluguel e Arrendamento	16.475	10.994	84	97
Outras	3.264	2.345	-	-
	138.268	146.302	84	97

27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado	
	31/03/2009	31/03/2008
Tributos sobre a Receita		
ICMS	740.065	785.265
COFINS	281.339	344.314
PIS-PASEP	54.131	73.133
Outros	1.021	571
	<u>1.076.556</u>	<u>1.203.283</u>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	43.730	42.855
Programa de Eficiência Energética – PEE	8.196	10.141
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	93.462	97.387
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	122.620	77.225
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	6.355	6.933
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	6.385	7.174
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.237	3.480
	<u>283.985</u>	<u>245.195</u>
	<u>1.360.541</u>	<u>1.448.478</u>

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a Parcela A e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Pessoal (a)	298.021	284.363	5.776	3.880
Obrigações Pós-Emprego	33.987	61.668	1.417	2.796
Materiais	25.976	48.271	40	34
Serviços de Terceiros	160.659	144.752	2.428	1.352
Energia Elétrica Comprada para Revenda (b)	671.842	725.366	-	-
Depreciação e Amortização	171.042	201.481	46	74
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	36.118	33.786	-	-
Provisões Operacionais (c)	53.487	96.353	20.981	40.822
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	204.191	172.324	-	-
Gás Comprado para Revenda	39.314	53.420	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (d)	62.043	52.908	9.751	1.286
	<u>1.756.680</u>	<u>1.874.692</u>	<u>40.439</u>	<u>50.244</u>

(a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Remunerações e Encargos	277.477	250.297	4.384	2.318
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	17.694	17.198	744	685
Benefícios Assistenciais	30.931	29.950	656	724
	<u>326.102</u>	<u>297.445</u>	<u>5.784</u>	<u>3.727</u>
Programa Prêmio de Desligamento – PPD	(2.219)	6.112	(8)	153
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(25.862)	(19.194)	-	-
	<u>(28.081)</u>	<u>(13.082)</u>	<u>(8)</u>	<u>153</u>
	<u>298.021</u>	<u>284.363</u>	<u>5.776</u>	<u>3.880</u>

Programas de desligamento de empregados

Programa Prêmio Desligamento – PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este Programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 679 empregados (143 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 523 da Cemig Distribuição S.A. e 13 da Controladora). Foi reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros reconhecida integralmente no resultado de 2008.

(b) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	31/03/2009	31/03/2008
Energia de Itaipu Binacional	225.307	230.439
Energia de curto prazo	15.564	87.085
PROINFA	27.969	17.846
Contratos Iniciais	1.892	-
Contratos Bilaterais	120.272	96.020
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	235.430	251.386
Parcela A	45.408	42.590
	671.842	725.366

Os valores da Parcela A referem-se a transferência para o resultado dos valores respectivos recebidos na tarifa. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 06.

(c) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Prêmio de Aposentadoria	(1.481)	161	-	7
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	29.097	42.923	(1.252)	(1.298)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	5.423	(627)	4.308	(2.865)
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	1.279	642	353	(1.568)
Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	13.495	30.316	13.495	26.851
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	3.718	10.463	3.718	9.413
Outras Provisões	1.956	12.475	359	10.282
	53.487	96.353	20.981	40.822

(d) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Arrendamentos e Aluguéis	9.558	7.797	141	89
Propaganda e Publicidade	3.584	8.968	655	48
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.426	4.645	-	-
Subvenções e Doações	3.684	3.638	240	150
Taxa de Fiscalização da ANEEL	10.679	10.433	-	-
Concessão Onerosa	2.318	4.326	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	6.146	6.170	14	22
Seguros	583	1.940	35	32
Contribuição ao MAE	1.221	974	1	1
Outras Despesas (Recuperação de Despesa)	20.844	4.017	8.665	944
	62.043	52.908	9.751	1.286

29) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	66.383	53.863	6.588	555
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	27.513	50.708	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	40.006	39.278	-	-
Variação Monetária da CVA	11.508	7.467	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	15.446	45.206	-	4.357
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	1.777	25.897	-	-
Variações Cambiais	20.875	2.676	1	32
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(424)	(3.708)	-	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	547	6.792	-	-
Ajuste a Valor Presente	614	-	-	-
Rendas FIDC	-	-	9.415	11.435
Outras	24.950	19.802	5.721	5.347
	<u>209.195</u>	<u>247.981</u>	<u>21.725</u>	<u>21.726</u>
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(199.809)	(194.718)	(2.677)	(2.392)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(1.273)	(11.852)	-	-
Variação Monetária da CVA	(1.835)	(4.806)	-	-
Variações Cambiais	2.584	(10.496)	(3)	(3)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(3.816)	(24.019)	-	-
C.P.M.F. (Reversão)	-	(5.774)	-	(1.612)
(Provisão) Reversão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	8.722	(15.987)	-	(4.357)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(21.270)	(11.793)	-	-
Reversão da Provisão PIS/COFINS sobre a Receita	(2.107)	-	-	-
Outras	(28.148)	(47.648)	(7.206)	(17.958)
	<u>(246.952)</u>	<u>(327.093)</u>	<u>(9.886)</u>	<u>(26.322)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(37.757)</u>	<u>(79.112)</u>	<u>11.839</u>	<u>(4.596)</u>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	682.227	682.227	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	13.369	12.117	10.372	9.967	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	539.042	539.042	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	394	394	34	36	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	65.112	61.922	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	2.269	1.616	-	-	19.051	17.878	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	172.342	165.307	286.540	281.134	598.178	659.384	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.770.926	1.800.873	-	-	30.592	27.843	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	80.191	79.170	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	10.416	17.200	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	33.921	32.936	-	-	(841)	(1.411)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	950.918	990.280	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	10.212	19.957	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (8)	-	-	77.069	74.969	-	-	(31.689)	(51.969)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (8)	-	-	1.133.116	1.146.791	-	-	-	-
Outros	-	-	33.087	73.133	-	-	-	-
Pessoal (09)	-	-	-	-	-	-	(17.588)	(17.198)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(4.250)	(4.138)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	150.087	153.631	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	10.463	5.356	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. O saldo no montante de R\$10.416 em 31 de março de 2009 de curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses
- (2) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
- (4) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2008 foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 19.;
- (6) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 12;
- (7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a. a.);
- (8) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 21.
- (9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 21) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 9, 12, 19, 20, 22, 23, 24 e 28.

31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva e ajustados ao valor justo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da CEMIG estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de março de 2009, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008
Dólar Norte-Americano (nota 19)		
Empréstimos e Financiamentos	410.514	411.479
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)	(61.909)	(63.198)
	<u>348.605</u>	<u>348.281</u>
Yen (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos	91.516	100.160
(-) Operações Contratadas de Hedge	(90.543)	(100.037)
	<u>973</u>	<u>123</u>
Outras Moedas Estrangeiras (nota 19)		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	26.768	30.006
Outros	4.897	5.229
	<u>31.665</u>	<u>35.235</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>381.243</u>	<u>383.639</u>

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2009 será de 1,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	410.514	416.684	521.299	625.913
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(61.909)	(62.840)	(78.616)	(94.393)
	<u>348.605</u>	<u>353.845</u>	<u>442.683</u>	<u>531.520</u>
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	91.516	92.892	116.213	139.535
(-) Operações Contratadas de Hedge	(90.543)	(91.904)	(114.978)	(138.051)
	<u>973</u>	<u>988</u>	<u>1.236</u>	<u>1.484</u>
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	26.768	27.170	33.675	40.433
Outras	4.897	4.971	6.161	7.397
Passivo Líquido Exposto	<u>381.243</u>	<u>382.003</u>	<u>477.593</u>	<u>573.436</u>
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		<u>(5.731)</u>	<u>(102.510)</u>	<u>(199.590)</u>

Risco de Taxa de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$96.364, em 31 de março de 2009 (R\$109.272 em 31 de dezembro de 2008).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 3)	2.614.275	1.953.165	210.132	239.545
Ativos Regulatórios (nota 5)	1.740.596	1.642.528	-	-
	<u>4.354.871</u>	<u>3.595.693</u>	<u>210.132</u>	<u>239.545</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 19)	(5.194.587)	(5.122.700)	(83.005)	(80.328)
Passivos Regulatórios (nota 5)	(623.789)	(668.916)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (nota 31)	(152.452)	(162.235)	-	-
	<u>(5.970.828)</u>	<u>(5.953.851)</u>	<u>(83.005)</u>	<u>(80.328)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.615.957)</u>	<u>(2.358.158)</u>	<u>127.127</u>	<u>159.217</u>

No que se refere ao risco de taxas de juros de elevação da SELIC, considerando o mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2009 será de 9,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 11,16%	Cenário Provável SELIC 9,00%	Cenário Possível SELIC 11,25%	Cenário Remoto SELIC 13,50%
Ativos				
Aplicações Financeiras	2.614.275	2.572.039	2.616.027	2.660.022
Ativos Regulatórios	1.740.596	1.712.475	1.741.762	1.771.055
	<u>4.354.871</u>	<u>4.284.514</u>	<u>4.357.789</u>	<u>4.431.077</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.194.587)	(5.110.663)	(5.198.067)	(5.285.487)
Passivos Regulatórios	(623.789)	(613.711)	(624.207)	(634.705)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(152.452)	(149.989)	(152.554)	(155.120)
	<u>(5.970.828)</u>	<u>(5.874.363)</u>	<u>(5.974.828)</u>	<u>(6.075.312)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.615.957)</u>	<u>(1.589.850)</u>	<u>(1.617.040)</u>	<u>(1.644.235)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>26.107</u>	<u>(1.083)</u>	<u>(28.278)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas foram integralmente atendidas em 31 de março de 2009.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos destas operações representam perdas no 1º trimestre 2009 e 2008 nos montantes de R\$20.723 e R\$5.001, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em 31 de março de 2009.

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Mercado de negociação	Perda não realizada				Efeito Acumulado			
				Valor principal contratado		Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor pago
				31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/3/2009
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$59.135	US\$59.135	(89.227)	(87.672)	(94.993)	(97.301)	-	-
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90 % a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	Balcão	¥3.878.825	¥3.878.825	(1.812)	2.963	(1.812)	2.837	-	-
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou variação cambial mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	R\$75.000	R\$75.000	(17.998)	132	(18.441)	132	697	(356)
						(109.037)	(84.577)	(115.246)	(94.332)	697	(356)

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de março de 2009, é positivo em R\$2.623 (negativo em R\$2.846 no 1º trimestre de 2008).

c) Análise de sensibilidade

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela anterior indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI no final de 2009 será de 9,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa do CDI de 25% e 50% em relação a 31 de março de 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de março de 2009 seria de 11,25% e 13,50% respectivamente.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela anterior indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real no final de 2009 será de R\$2,35. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar de 25% e 50% em 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2009 seria de R\$2,94 e R\$3,53 respectivamente.

	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos em US\$ e Yen	(227.452)	(223.777)	(227.604)	(231.432)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		3.674	(152)	(3.980)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	76.127	95.240	114.353
Efeito Líquido da Variação do US\$		(1.127)	(20.240)	(39.353)

32) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO E DA LIGHT SESA

a) Cemig Distribuição

Revisão Tarifária – valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda revisão tarifária da Companhia teve como resultado uma redução média de 19,62% em comparação a redução média aplicada de forma provisória em abril de 2008 no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da revisão tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, no seu julgamento, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no reajuste tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

Os efeitos no resultado são relacionados principalmente à redução no valor da Empresa de Referência utilizada como base para ressarcimento dos custos gerenciáveis da Companhia e também uma revisão pela ANEEL no critério de cálculo do ressarcimento na tarifa dos ativos regulatórios financeiros, o que teve como consequência o desconto de valores, que na visão da Agência reguladora, foram incluídos a maior no reajuste tarifário da Companhia em 2008. O resumo dos ajustes está demonstrado abaixo.

Ajuste em função da revisão tarifária da Companhia	<u>31/03/2009</u> (104.458)
Revisão no cálculo de ressarcimento dos itens financeiros incluídos no reajuste tarifário de 2008	(160.167)
Outros itens regulatórios	71.719
	<u>(192.906)</u>

Os ajustes mencionados afetaram as seguintes contas de resultado em 31/03/2009:

	<u>31/03/2009</u>
Receita operacional líquida do PASEP-COFINS	(213.803)
Custo e despesa operacional	20.987
	<u>(192.906)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	65.588
Efeito líquido no resultado	<u>(127.318)</u>

b) Light SESA

Resultado da segunda revisão tarifária periódica da Light SESA:

Em reunião pública realizada em 04 de novembro de 2008, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente, o reposicionamento tarifário estrutural da Light Serviços de Eletricidade S/A em 1,96%, que entrou em vigor em 07 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -0,41% que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores correspondeu a 4,70%.

Ressalta-se que o nível de perdas regulatórias e o cálculo dos custos operacionais eficientes (Empresa de Referência e Inadimplência) são provisórios.

A ANEEL fixou, também provisoriamente, o componente Xe do Fator X, a ser aplicado como redutor, em termos reais, da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes, de 2009 a 2012, em 0,00%.

Com a conclusão dos aprimoramentos das metodologias para o segundo ciclo de revisões tarifárias em 25 de novembro de 2008, os valores definitivos serão estabelecidos após deliberação do processo de Consulta Pública, previsto para outubro de 2009.

33) – EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição de 65,86% da Ternas Participações S.A.

Em 23 de abril de 2009, a CEMIG, por meio de sua controlada Cemig GT, adquiriu 65,86% da Terna Participações S.A, holding que atua no segmento de transmissão de energia, com presença em 11 Estados por R\$2,33 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,75 mil quilômetros de linhas de transmissão.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição deverá ocorrer até 30 de setembro, dependendo das aprovações regulatórias e de credores. Adicionalmente, a CEMIG também pretende, em data a ser anunciada, fazer uma oferta pública (OPA) para a aquisição das ações da Terna Participações de propriedade dos acionistas minoritários, a preços correspondentes a 100% do preço pago à Terna S.p.A.

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, que poderá contar com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que façam a adesão ao PDD corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.



A Melhor Energia do Brasil.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento do empregado.

A provisão no resultado dos gastos desse Programa será feita no 2º trimestre de 2009, em conformidade a adesão dos empregados.

Reajuste tarifário em abril de 2009

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um impacto médio nas contas de energia elétrica de 6,21% a partir de 8 de abril de 2009. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo, sendo que para os consumidores residenciais foi um percentual de aumento de 4,87% em suas contas de energia comparado a um aumento médio de 9,42% para os consumidores de alta tensão.

34) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	11.232.668	8.228.394	9.823.165	2.366.480	320.921	508.521	288.648	156.539	127.586	766.886	(8.692.921)	25.126.887
Disponibilidade	214.415	1.257.870	483.827	184.542	18.782	108.561	28.083	56.382	41.943	311.186	-	2.705.591
Contas a Receber	2.256.476	435.904	1.745.748	435.139	10.663	157.461	-	5.593	10.401	35.290	(666.263)	4.426.412
Ativo Regulatório	-	26.755	1.669.902	104.824	-	-	-	-	-	-	-	1.801.481
Outros Ativos	546.633	614.242	1.536.415	543.824	11.960	44.901	48.311	23.563	2.988	55.168	(68.062)	3.359.943
Investimentos/Imobilizado	8.215.144	5.893.623	4.387.273	1.098.151	279.516	197.598	212.254	71.001	72.254	365.242	(7.958.596)	12.833.460
PASSIVO	11.232.668	8.228.394	9.823.165	2.366.480	320.921	508.521	288.648	156.539	127.586	766.886	(8.692.921)	25.126.887
Fornecedores e suprimentos	3.212	155.393	545.397	137.501	1.212	25.083	8.248	6.850	6.086	16.122	(80.620)	824.484
Empréstimo, Financiamento e Debentures	83.004	2.988.383	2.751.160	541.618	163.037	-	-	-	-	99.015	950.918	7.577.135
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	960.129	539.042	682.227	65.112	9.584	12.289	-	19.765	18.877	88.299	(1.435.195)	960.129
Obrigações Pós-Emprego	56.021	275.811	878.353	254.500	-	-	-	-	-	-	-	1.464.685
Outros Passivos	442.426	556.213	2.449.683	699.708	16.123	142.767	10.182	28.023	6.961	67.046	(169.428)	4.249.704
Participações minoritárias	-	-	-	356.890	5.984	-	-	-	-	-	-	362.874
Patrimônio Líquido	9.687.876	3.713.552	2.516.345	311.151	124.981	328.382	270.218	101.901	95.662	496.404	(7.958.596)	9.687.876
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	84	732.279	1.185.835	362.076	22.088	55.629	24.510	10.856	7.327	39.317	(73.679)	2.366.322
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	(5.776)	(68.795)	(200.966)	(15.525)	(623)	(2.770)	(2.018)	(239)	(297)	(1.012)	-	(298.021)
Obrigações Pós-Emprego	(1.417)	(7.333)	(22.939)	(2.298)	-	-	-	-	-	-	-	(33.987)
Materiais	(40)	(2.949)	(20.815)	(1.118)	(253)	(174)	(319)	(179)	(24)	(105)	-	(25.976)
Serviços de Terceiros	(2.428)	(24.537)	(105.051)	(14.710)	(1.356)	(1.080)	(4.778)	(1.084)	(599)	(5.036)	-	(160.659)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(34.767)	-	-	-	-	-	(444)	(253)	(654)	-	(36.118)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(27.190)	(505.711)	(193.174)	-	-	-	-	(154)	(1.268)	55.655	(671.842)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(72.294)	(119.565)	(24.823)	-	-	-	-	(1.133)	(4.400)	18.024	(204.191)
Depreciação e Amortização	(46)	(56.026)	(81.162)	(19.143)	(2.207)	(951)	(7.115)	(557)	(543)	(3.292)	-	(171.042)
Provisões Operacionais	(20.981)	252	(15.694)	(16.388)	-	-	(3)	-	-	(673)	-	(53.487)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(39.314)	-	-	-	-	-	(39.314)
Outras Despesas Líquidas	(9.751)	(13.672)	(28.623)	(6.479)	(313)	(1.172)	(1.406)	(79)	(101)	(449)	-	(62.043)
	(40.439)	(307.311)	(1.100.526)	(293.658)	(4.752)	(45.461)	(15.639)	(2.582)	(3.104)	(16.887)	73.679	(1.756.680)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(40.355)	424.968	85.309	68.418	17.336	10.168	8.871	8.274	4.223	22.430	-	609.642
Resultado Financeiro	11.839	(50.190)	(7.773)	(3.876)	(3.770)	4.704	781	1.610	1.206	7.712	-	(37.757)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(28.516)	374.778	77.536	64.542	13.566	14.872	9.652	9.884	5.429	30.142	-	571.885
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.923	(136.642)	(18.477)	(19.561)	(3.550)	(4.717)	(3.267)	(3.333)	(994)	(3.381)	-	(187.999)
Participações Minoritárias	-	-	-	(20.141)	(79)	-	-	-	-	-	-	(20.220)
Participações dos Empregados	(902)	(5.723)	(18.725)	(1.802)	-	-	-	(63)	(28)	(181)	-	(27.424)
Lucro Líquido do Exercício	(23.495)	232.413	40.334	23.038	9.937	10.155	6.385	6.488	4.407	26.580	-	336.242

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no primeiro trimestre de 2009, um lucro líquido consolidado de R\$336.242, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$490.280 no primeiro trimestre de 2008, uma redução de 31,42%.

Essa redução deve-se, principalmente, aos ajustes extraordinários registrados no 1º trimestre de 2009 referentes aos valores definitivos informados pela ANEEL referente à revisão tarifária da Companhia, com um impacto negativo de R\$127 milhões no resultado. Em contrapartida, no resultado do 1º trimestre de 2008 foi registrado um ajuste extraordinário credor, também relacionado a revisão tarifária, com um impacto positivo no resultado de R\$38 milhões.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no primeiro trimestre de 2009 foi de R\$780.684 comparados a R\$1.081.448 no primeiro trimestre de 2008, uma redução de 27,81%. Deve ser ressaltado que ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta uma redução de 4,87%.

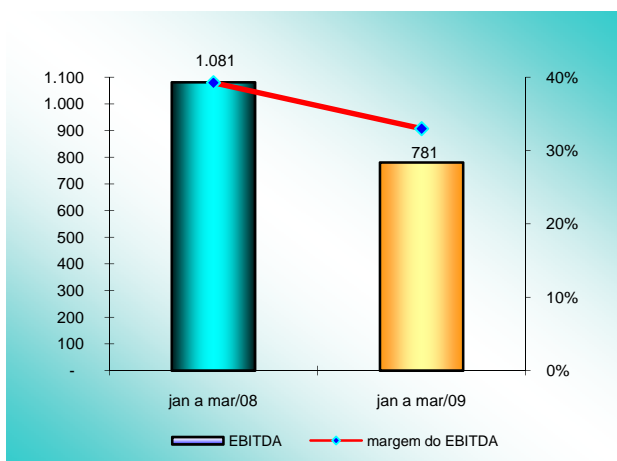
Em função da divulgação final da revisão tarifária da Cemig Distribuição, a ANEEL incluiu na tarifa a ser aplicada a partir de 8 de abril de 2009 determinados itens financeiros referentes a exercícios anteriores que implicaram no reconhecimento de ativos e passivos regulatórios que serão recebidos e/ou descontados na tarifa a ser aplicada no período de 8 de abril de 2009 a 7 de abril de 2010.

Os itens financeiros mencionados referem-se principalmente a redução no custo da empresa de referência utilizada pela ANEEL para ressarcir à Companhia pelos seus custos controláveis, com efeitos retroativos a abril de 2008. O impacto devedor no Lajida desse reconhecimento não recorrente dos itens financeiros foi de R\$192.816.

No exercício anterior a Companhia também efetuou ajustes não recorrentes referentes à revisão tarifária, mas que afetaram positivamente o resultado.

Esses ajustes não recorrentes estão demonstrados na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2009	31/03/2008	Var %
Lucro Líquido	336.242	490.280	(31,42)
+ Provisão IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	187.999	276.097	(31,91)
+ Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	27.424	22.058	24,33
+ Resultado Financeiro	37.757	79.112	(52,27)
+ Amortização e Depreciação	171.042	201.481	(15,11)
+ Participação de Minoritários	20.220	12.420	62,80
LAJIDA	780.684	1.081.448	(27,81)
Itens não recorrentes:			
- Revisão Tarifária – Receita Líquida	213.803	(62.464)	-
+ Revisão Tarifária – Despesa Operacional	(20.987)	4.330	-
= LAJIDA AJUSTADO	973.500	1.023.314	(4,87)



A redução do LAJIDA, explicada na tabela anterior, afetou, conseqüentemente, a margem do LAJIDA, que foi de 32,99% no primeiro trimestre de 2009 em comparação a 39,26% no mesmo período de 2008.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.136.503 no primeiro trimestre de 2009 em comparação a R\$3.575.243 no primeiro trimestre de 2008, uma redução de 12,27%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- Revisão tarifária da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de menos 12,24%, a partir de 8 de abril de 2008;
- Redução de 1,6% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).
- Registro de passivos regulatórios apurados em função do ajuste na Revisão Tarifária da Companhia, com efeitos retroativos a 2009, que representaram uma redução na receita bruta no valor de R\$213.803.
- aumento da tarifa média de venda de energia pela Cemig Geração e Transmissão em função do reajuste dos contratos (indexados principalmente ao IGP-M);

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	31/03/2009	31/03/2008	Var %
Residencial	2.446.236	2.236.580	9,4
Industrial	5.593.627	6.101.503	(8,3)
Comércio, Serviços e Outros	1.566.568	1.477.530	6,0
Rural	455.518	456.423	(0,2)
Poder Público	258.624	236.587	9,3
Iluminação Pública	311.294	301.901	3,3
Serviço Público	327.063	330.386	(1,0)
Total	10.958.930	11.140.910	(1,6)

Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias, contratos bilaterais e venda na CCEE (mercado atacadista de energia) foi de R\$359.504 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$318.649 no primeiro trimestre de 2008, um aumento de 12,82%. Este resultado decorre basicamente da venda nesses mercados de parte da energia anteriormente destinada aos consumidores industriais, tendo em vista que ocorreu uma redução na demanda desses consumidores em função da crise econômica e seus impactos na produção industrial.

Receita de uso da rede – consumidores livres

A Receita de uso da rede apresentou uma redução de 6,13% correspondente a R\$29.500 (R\$452.092 em 2008 comparados a R\$481.592 em 2008). Esta receita advém principalmente dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico e reduziu-se em função do menor transporte de energia para os consumidores livres, consequência da crise sobre a economia internacional, com reflexos também sobre o setor produtivo nacional. Vide composição do saldo na nota explicativa nº 25 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em conformidade ao plano de contas da ANEEL, alguns itens são alocados como Deduções à Receita Operacional. Mais informações na nota explicativas nº 8 das Informações Trimestrais.

A partir de março de 2008 a Companhia passou a receber na tarifa os valores registrados como ativo da Parcela A. Dessa forma, é transferida para a despesa operacional a parcela dos custos não controláveis que foram efetivamente recebidos na tarifa.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$1.360.541 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$1.448.478 no primeiro trimestre de 2008, uma redução de 6,07%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$122.620 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$77.225 no primeiro trimestre de 2008, representando um aumento de 58,78%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$93.462 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$97.387 no primeiro trimestre de 2008, uma redução de 4,03%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita. Ressalta-se que não foram calculados os impostos incidentes sobre os ajustes extraordinários mencionados acima e deduzidos na receita de 2009.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no primeiro trimestre de 2009 foram de R\$1.756.680 comparados a R\$1.874.692 no primeiro trimestre de 2008, uma redução de 6,30%. Este resultado decorre principalmente da variação negativa dos custos com compra de energia elétrica, benefícios pós-emprego e depreciação. Vide mais informações na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no primeiro trimestre de 2009 foi de R\$671.842 comparados a R\$725.366 no primeiro trimestre de 2008, uma redução de 7,38%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 28 às Informações Trimestrais Consolidadas.

Pessoal

A despesa com pessoal no primeiro trimestre de 2009 foi de R\$298.021 comparados a R\$284.363 no primeiro trimestre de 2008, um aumento de 4,80%. Este resultado decorre principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 7,26% concedido aos empregados da Holding, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão em novembro de 2008;
- provisão referente ao Programa Prêmio de Desligamento – PPD, no montante de R\$6.112, no primeiro trimestre de 2008 em comparação a uma reversão de provisão de R\$2.219 em 2009; e,
- maior transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R\$25.862 em 2009 e R\$19.194 em 2008), tendo em vista o maior programa de investimentos em 2009.

Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou uma redução de 15,11% na comparação entre os períodos, R\$171.042 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$201.481 no primeiro trimestre de 2008. Este resultado decorre substancialmente da depreciação das obrigações especiais, a partir de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$33.987 no primeiro trimestre de 2009, comparados a R\$61.668 no primeiro trimestre de 2008, representando uma diminuição de 44,89%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Companhia, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução nessa despesa decorre da redução no valor atual das obrigações registradas, conseqüência do aumento das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente dessas obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$53.487 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$96.353 no primeiro trimestre de 2008, uma redução de 44,49%. Esta variação decorre da menor provisão para devedores duvidosos e de contingências jurídicas em 2009. Vide mais informações na notas explicativas nº 22 e nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no primeiro trimestre de 2009 foi de R\$204.191 comparados a R\$172.324 no primeiro trimestre de 2008, um aumento de 18,49%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$39.314 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$53.420 no primeiro trimestre de 2008, uma redução de 26,41%. Esta variação deve-se, principalmente, da redução na venda de gás em 2009 em conseqüência dos efeitos da crise econômica sobre a atividade industrial.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$160.659 no primeiro trimestre de 2009, comparados a R\$144.752 no primeiro trimestre de 2008, representando um aumento de 10,99%. A variação da despesa decorre principalmente do aumento nos gastos com manutenção e conservação de instalações elétricas e reajuste nos contratos de prestação de serviços.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado no primeiro trimestre de 2009 foi uma despesa financeira líquida de R\$37.757 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$79.112 no primeiro trimestre de 2008. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de 23,24% na renda com aplicação financeira em 2009, decorrente de maior volume de recursos aplicados. No primeiro trimestre de 2009 essa receita foi de R\$66.383 comparada a R\$53.863 em 2008.
- Redução de R\$23.195 na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$27.513 no primeiro trimestre de 2009 em comparação a R\$50.708 no primeiro trimestre de 2008. Esta variação decorre, principalmente, da maior receita na Cemig Distribuição, registrada no primeiro trimestre de 2008, referente a baixa de contas recebidas de grandes consumidores industriais relacionadas a anos anteriores, cujo valor de principal era consideravelmente inferior ao montante acrescido referente a encargos financeiros.

- Redução de 65,83% na receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico. A receita foi de R\$15.446 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$45.206 no primeiro trimestre de 2008. Esta variação decorre basicamente do menor valor de ativos regulatórios em 2009, tendo em vista a amortização dos principais ativos regulatórios constituídos.
- Redução de 93,14% na receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido, R\$1.777 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$25.897 no primeiro trimestre de 2008. Este resultado deve-se principalmente à redução do ativo, na comparação entre os dois períodos, em consequência do recebimento dos valores nas contas de energia. Mais explicações vide nota explicativa nº 11 das Informações Trimestrais Consolidadas.
- Redução na Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R\$3.816 no primeiro trimestre de 2009 comparados a R\$24.019 no primeiro trimestre de 2008. Esse resultado é justificado basicamente pela maior variação dos índices inflacionários no 1º trimestre de 2009 em comparação ao 1º trimestre de 2008.
- Reversão de provisão para perdas com energia livre de R\$8.722 em 2009 em comparação a uma despesa com provisão de R\$15.987 em 2008. Esta variação decorre de ajuste na estimativa de recebimento dos valores das distribuidoras.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no primeiro trimestre de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$187.999 em relação ao lucro de R\$571.885 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,87%. No primeiro trimestre de 2008, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$276.097 em relação ao lucro de R\$800.855, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,48%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energéticas de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia Energéticas de Minas Gerais – CEMIG (Companhia) e nas Informações Trimestrais Consolidadas dessa Companhia e suas controladas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do trimestre corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2009.

5. Conforme descrito nas notas explicativas n^{os} 7, 17 e 22, a Companhia Energéticas de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de março de 2009, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

6. Conforme mencionado na nota explicativa n^o 32 (item a), em decorrência do resultado da segunda revisão tarifária prevista no contrato de concessão, a ANEEL homologou, de forma definitiva, o reposicionamento tarifário médio da controladas Cemig Distribuição S.A. em - 19,62%. Em função da homologação definitiva do reposicionamento tarifária a Companhia e sua controlada Cemig Distribuição S.A. reconheceram provisão no resultado do período o montante total de R\$127.318 mil, correspondente à diferença entre a revisão tarifária provisória e a definitiva.

7. Conforme mencionado na nota explicativa n^o 32 (item b), em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, em 1,96%, a ser aplicado para o período a partir de 7 de novembro de 2008. No caso da controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, em períodos subsequentes.

8. As demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado pela controlada indireta em conjunto Light S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 29 de janeiro de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$ 130,9 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras (Light), conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o efeito proporcional no resultado da Companhia será de R\$ 17,1 milhões.

12 de maio de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0